

GPPTI – *Framework* de Gestão Ágil de Portfólio e de Projetos de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF

Autoras: Juliana Sousa Nogueira (<http://lattes.cnpq.br/4856028431056648>)
Lucinéia Turnes (<http://lattes.cnpq.br/4447633520030636>)

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: O GPPTI - Guia de Gestão Ágil de Portfólio e de Projetos de Tecnologia da Informação (TI) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT consiste no processo de governança e gestão do portfólio de projetos de TI formalizado para conferir transparência, comunicação, monitoramento e incrementar a entrega de resultados efetivos aos jurisdicionados, magistrados e servidores pelo emprego dos principais métodos ágeis de gestão, tais como Scrum, Kanban, Safe, Fit for Purpose (F4P), Lean Inception, Product Backlog Building (PBB), além de Objetivos e Resultados Chave (OKR).

Objetivo/proposta: Os principais objetivos do GPPTI são: apoiar a gestão de projetos de TI em níveis tático e operacional; incrementar a real entrega de resultados de projetos de TI; padronizar processos desde a entrada ao encerramento de projetos; conferir critérios objetivos ao processo de priorização de demandas de TI; conferir transparência, inspeção e adaptação por meio de feedbacks constantes sobre produtos e serviços de TI; garantir accountability ou prestação de contas; incentivar a colaboração entre as pessoas; priorizar a simplicidade para os processos de trabalho: conceito lean (enxuto e objetivo).

Procedimentos Metodológicos (caso aplicável): Para a construção do framework foram utilizados métodos ágeis como Scrum, Kanban, Safe, Fit for Purpose (F4P), Lean Inception, Product Backlog Building (PBB), UX – User Experience, além de Objetivos e Resultados Chave (OKR) e PMBok – Project Management Book of Knowledge – PMI 7ª edição. A partir de estudos e experimentos de técnicas destes frameworks de mercado que realmente resolveriam problemas do TJDFT como gestão, transparência, colaboração, accountability, entregas rápidas e frequentes de real valor aos jurisdicionados, magistrados e servidores, foi possível construir o framework GPPTI.

Principais Resultados: Em 2022, a TI do TJDFT se tornou referência entre os Tribunais Estaduais no ranking do CNJ, devido à melhor organização, priorização, entrega rápida de resultados, transparência e desenvolvimento de soluções, aprimoramento de serviços de TI proporcionados pelas pessoas apoiadas por métodos de governança e gestão descritos no GPPTI. Destaca-se, ainda, maior entrega de valor e resultados que culminaram em indicadores de nível de satisfação do usuário com os serviços de TI acima de 90% no segundo semestre de 2022, conforme painel de indicadores (<https://atalho.tjdft.jus.br/paineisdegestaoti>).

Considerações Finais/Conclusão: Com o GPPTI foi possível elevar o nível de maturidade de toda a gestão de portfólio de projetos de TI, possibilitando a melhoria de processos internos, melhor priorização e entrega de valor ao jurisdicionado, magistrados e servidores. Além disso, compilou-se no guia as melhores práticas da iniciação ao encerramento do projeto, primando

pela transparência, monitoramento, accountability, melhoria contínua de processos e, sem dúvida, de resultados que culminaram no nível de excelência da TI do TJDF, segundo o Índice de Governança de TIC do Judiciário – IGov-TIC do CNJ.

Contribuições do Trabalho: O GPPTI contribuiu na formalização do processo de governança e gestão, aproximando a TI do negócio. O framework inovou na maneira de compilar métodos ágeis como Scrum, Kanban, Lean Inception, etc., com o ciclo de vida de projetos tradicionais. Inovou, ainda, no fluxo de entrada de demandas, combinando levantamento do problema a ser resolvido no formulário da demanda de TI, passando pela metodologia de priorização, painéis de monitoramento e processos de execução baseados no Processo Ágil de Desenvolvimento de Software – PADS e Processo Lean-Agile de Execução de Projetos - PLAP do TJDF.

Palavras-Chave: Portfólio de Projetos; Gestão ágil; Entrega de valor; Colaboração; Transparência;

• Introdução

O GPPTI - Gestão Ágil de Portfólio e de Projetos de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFDT foi construído a partir da necessidade de formalização do processo de governança e gestão do portfólio e de projetos de TI no TJDFDT, devido à constante solicitação por informações de programas e projetos, transparência, monitoramento e, ainda, sobre o fluxo de entrada de demandas de TI, desde sua solicitação até sua conclusão. Desta forma, em 2021 foi publicada a primeira versão do GPPTI, guia baseado nos processos efetivamente utilizados desde a recepção ao encerramento da demanda de TI no TJDFDT, baseado no ciclo de vida de projetos do PMBOK (Project Management Body of Knowledge) (PMI, 2021). O framework agrega, ainda, melhores práticas dos principais métodos ágeis como Scrum¹, Kanban², Safe³, Fit for Purpose (F4P)⁴, Lean Inception⁵, Product Backlog Building (PBB)⁶, além de Objetivos e Resultados Chave (OKR).⁷

Salienta-se que as principais premissas do Guia são o foco nas pessoas (engajamento e colaboração), agilidade (transparência, inspeção e adaptação constantes), simplicidade (enxuto e objetivo) e uso de métricas de projeto.

A estrutura do processo de gestão ágil do portfólio e de projetos de TI do TJDFDT é visual e construída no que é chamado de “*big picture*” (Figura 1) do framework GPPTI. Na *big picture* é possível verificar as etapas do ciclo de vida de um projeto, similar ao do PMBOK e tal qual acontecem na prática no TJDFDT. São quatro as fase do projeto no GPPTI: iniciação, execução, monitoramento e encerramento. A fase de planejamento de projetos faz parte da primeira etapa da execução. Já o planejamento do portfólio de projetos com fluxo de entrada de demandas e priorização em níveis tático e estratégico, acontece na fase de iniciação.

¹ 1 Scrum Guide by Ken Schwaber and Jeff Sutherland 2021: <https://scrumguides.org/index.html>

² KanbanUniversity: <https://kanban.university/>

³ Scaled Agile Framework - <https://scaledagileframework.com/>

⁴ David Anderson, Alexei Zhiglov: Fit for Purpose: How Modern Businesses Find, Satisfy, & Keep Customers

⁵ Lean Inception: Como alinhar pessoas e construir o produto certo – Paulo Caroli

⁶ <http://www.productbacklogbuilding.com/>

⁷ <https://felipecastro.com/pt-br/okr/o-que-e-okr/>

Cada fase da big picture do GPPTI é composta por diversas tarefas, atividades, boas práticas e subprocessos que são sugeridos com o objetivo de garantir o sucesso do projeto.

Contudo, essas etapas são executadas em contexto ágil, agregando valor em ciclos curtos de desenvolvimento, com constante avaliação de feedbacks dos usuários de soluções e serviços de tecnologia, alinhados, ainda, aos diversos instrumentos estratégicos do poder Judiciário.

O framework proposto apresenta os processos relacionados à Gestão Ágil de Portfólio e de Projetos de TI em nível tático, como recepção da demanda de TI, priorização e inclusão no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, execução, monitoramento e encerramento, bem como sua interface com os níveis e instrumentos estratégicos do TJDF e CNJ.

Conforme mencionado, o framework GPPTI está organizado em 4 fases conforme apresentado na Figura 1.

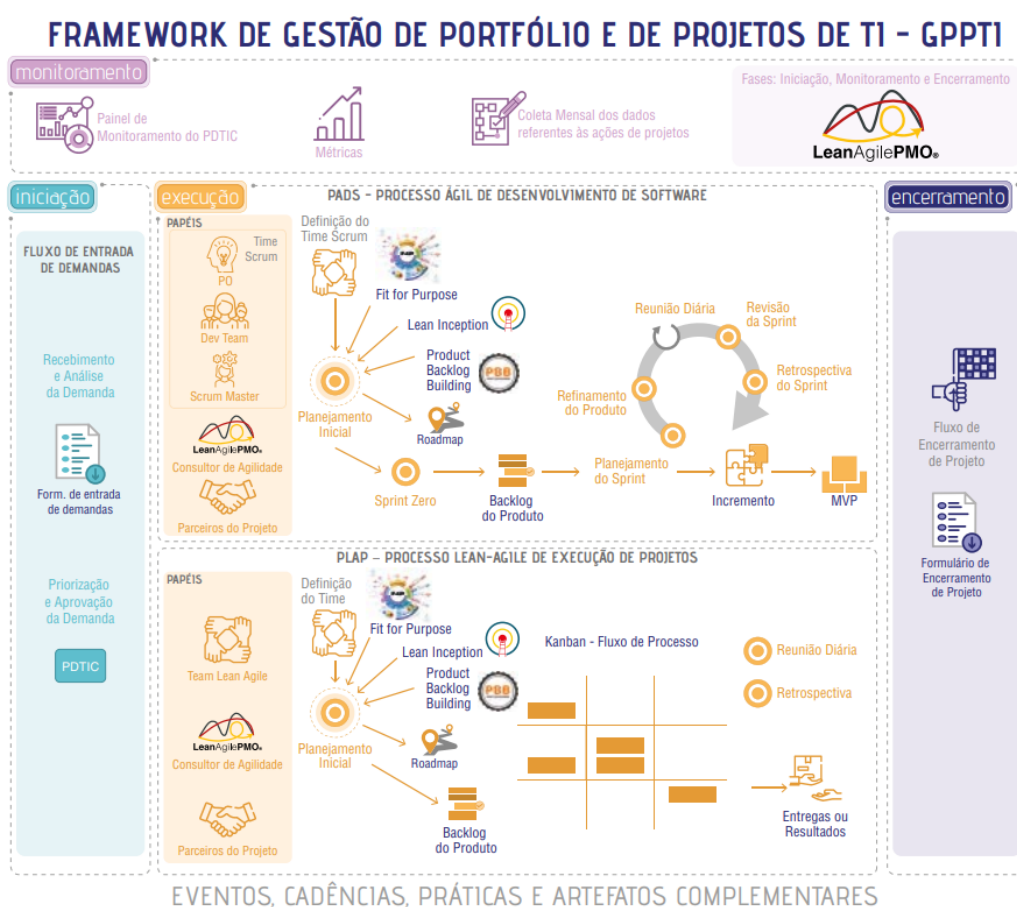


Figura 1. Visão Detalhada do Framework GPPTI (Big Picture)

Fonte: <https://www.tjdft.jus.br/transparencia/governanca-de-tic/pads-gppti/gppti.pdf>

A fase de iniciação é etapa de entrada, acolhimento, análise e tratamento das demandas de TI para que, se projeto, sigam o fluxo para inclusão no PDTIC e devida priorização, quando aprovadas nos Comitês de TI. Nesta fase acontece o acolhimento das demandas, análise de viabilidade técnica e alinhamento estratégico, além de deliberação por parte do Comitê de Gestão de TI sobre o seguimento da demanda para as próximas fases.

O levantamento da ordem de priorização das ações de TI é imprescindível para apoiar o Comitê de Governança de TIC (CGTIC) na deliberação sobre a sequência de execução das ações na TI, considerando aspectos como alinhamento estratégico, negócio, alcance, redução de risco e habilitação de oportunidade, para identificar aquelas ações/projetos que trarão maior benefício e valor para o TJDFT e que, portanto, devem ser realizadas primeiro. Isso é possível por meio de cálculo da nota de priorização que estabelece a ordem de execução das ações de TI.

Já na fase Execução são disponibilizados dois processos que implementam agilidade e a escolha por um deles é definida pelo time de projeto da TI, natureza e contexto do projeto. São eles: o PADS – Processo Ágil de Desenvolvimento de Software e o PLAP – Processo Lean-Agile de Execução de Projetos. O PADS está compilado em guia específico disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/transparencia/governanca-de-tic/pads-gppti/pads.pdf/view>. Já o PLAP não está compilado em um guia, contudo trata-se de processo de execução baseado no método Kanban (Anderson, 2011) para gestão eficiente de fluxos. Este processo é preferido por alguns times de projetos devido a demanda contínua operacional concorrente com as atividades de projeto. Projetos de segurança cibernética, infraestrutura e alguns projetos de software são executados com base no PLAP. Já projetos de software são, predominantemente, executados sob o PADS.

Quanto a fase de Monitoramento do framework GPPTI é implementada com a coleta mensal dos dados das ações de projeto previstas no PDTIC vigente e sua disponibilização no Painel de Monitoramento do PDTIC. São monitorados também a alocação de servidores de TI, o portfólio como um todo, Programa de Convergência e Modernização de Sistemas e também os indicadores estratégicos de TI.

Monitorar é coletar dados sobre a “saúde” do projeto, produzir medições do desempenho, relatar e divulgar informações resultantes deste processo. Essa fase consolida também a comparação entre o desempenho real e o planejado, analisar as variações, avaliar as tendências para efetuar melhorias no processo, avaliar as alternativas possíveis e recomendar ações corretivas adequadas, conforme necessário. O principal benefício dessa fase é que o desempenho do projeto é medido e analisado em intervalos regulares, em ocorrências apropriadas ou em condições excepcionais, a fim de identificar e corrigir desvios ou variações em relação as entregas previstas do projeto.

Por fim, a fase de encerramento é uma etapa simples de formalização da conclusão do projeto com a avaliação da entrega dos resultados previstos. Seus principais componentes são: Fluxo de encerramento de projeto e formulário de encerramento de projeto.

O guia está alinhado, ainda, à Resolução CNJ N° 370 de 28/01/2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD11),

em especial à perspectiva Processos Internos e seu objetivo 5: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão. Além disso, este guia está aderente ao Planejamento Estratégico 2021-2026 do TJDF (PE TJDF 21-26)¹² e implementa iniciativas para atender ao objetivo PI 6: Promover a inovação e a eficiência na gestão da perspectiva Processos Internos. Está, ainda, em consonância com o item 9.13.5 do Acórdão TCU 1.233/2012-P, que recomenda a formalização de modelo de gerenciamento de projetos de TI, observando boas práticas sobre o tema. Além disso, este guia se baseia no atendimento das recomendações apontadas no Relatório de Auditoria Interna na TI em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria de 2018, item 11. Ainda sobre normas, o Art. 210, inciso II da Resolução 2 de 16/03/2021, estabelece que compete ao Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação “padronizar e disseminar a metodologia de desenvolvimento de software e de gerenciamento de projetos no âmbito da TI”.

O GPPTI trouxe maior transparência sobre a gestão de projetos de TI, auxílio na priorização de demandas, monitoramento efetivo de projetos por meio de painéis de BI, além de maior entrega de resultados, muito em função da adoção das práticas ágeis em todo o ciclo de vida do projeto. E esses resultados culminaram na entrega de mais serviços, produtos e na melhor governança da operação da TI do TJDF, alinhados aos instrumentos estratégicos do Tribunal e de todo o Judiciário. Dessa forma, a TI do TJDF alcançou o topo no ranking do IGov-TIC de 2022, Índice de Governança e Gestão de TIC do CNJ.

Os principais objetivos do GPPTI são:

- Apoiar a gestão ágil de portfólio e de projetos de TI, no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJDF, em níveis tático e operacional;
- Promover efetividade na entrega de resultados dos planos de ação que compõem o Plano Diretor de TIC – PDTIC;
- Padronizar processos de entrada de demandas de projetos de TI (iniciação), execução, monitoramento e encerramento de projetos;
- Conferir critérios objetivos ao processo de priorização de demandas de TI;
- Transparência desde a recepção da demanda, monitoramento através de painéis de BI atualizados mensalmente a partir de informações dos gestores dos projetos;
- Inspeção e adaptação frequente, trazendo os usuários para dentro do processo, com feedbacks constantes sobre produtos e serviços de TI resultado de projetos;
- Accountability ⁸que embora não tenha tradução fiel para a língua portuguesa, representa prestação de contas e obrigações éticas.
- Melhorar a qualidade e resultados das entregas, já que os usuários envolvidos participam desde a concepção ao encerramento do projeto;
- Focar nas pessoas, o framework favorece as entregas frequentes logo nos primeiros ciclos de desenvolvimento do projeto o que gera colaboração, motivação e engajamento;
- Incentivar a colaboração das pessoas para a entrega de real valor ao usuário;
- Conferir agilidade: transparência, inspeção e adaptação, feedback constante;

⁸ Accountability é um termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como responsabilidade com ética e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. (wikipedia:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Accountability>)

- Trazer simplicidade para os processos de trabalho: conceito lean (enxuto e objetivo);
- Auxiliar na orçamentação (custo e prazo) estimada e uso de métricas de projeto.

O GPPTI objetiva, ainda, promover efetividade, transparência, prestação de contas (accountability) e aprimorar a entrega de resultados em soluções e serviços de TI que atendam às reais necessidades dos usuários de TI do TJDFT e a sociedade do Distrito Federal.

- **Fundamentação Teórica (Principais Conceitos e Teoria que fundamentam o estudo);**

Para a elaboração do Guia de Gestão Ágil de Portfólio e de Projetos de Tecnologia da Informação salienta-se que o estudo foi iniciado em processo de gestão já implantado no TJDFT para projetos desta natureza, agregando práticas, técnicas e metodologias de mercado, especialmente ágeis, que auxiliam tanto gestores quanto equipes a entregarem projetos e produtos com resultados efetivos. Para tanto, inicialmente, foram estudados os métodos de gestão ágil como o Scrum, Kanban, Lean Inception, dos quais algumas técnicas foram compiladas em outro guia conhecido como PADS ⁹ ou Processo Ágil de Desenvolvimento de Software do TJDFT.

Utilizou-se neste estudo, ainda, a metodologia adaptada do Scaled Agile framework, conhecida como WSJF (Weighted Shortest Job First) para priorização e estimativa de esforço para a definição da ordem das ações/projetos que deveriam integrar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação PDTIC - PDTIC 2023¹⁰.

Além dos métodos ágeis de gestão de projetos e produtos, o GPPTI tem sua fundamentação teórica na Resolução CNJ N° 370 de 28/01/2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), no item 9.13.5 do Acórdão TCU 1.233/2012-P, no Planejamento Estratégico 2021-2026 do TJDFT (PE TJDFT 21-26) e no Relatório de Auditoria Interna na TI de 2018.

No GPPTI, também, conforme recomenda a ENTIC-JUD 2021-2026, no CAPÍTULO VI (DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA), art. 45., § 4o “*Como instrumento de gestão da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), será utilizada a metodologia OKR (Objectives and Key Results), que tem por finalidade avaliar os objetivos, resultados chave e metas definidas por cada um dos órgãos no seu planejamento de TIC.*” A metodologia OKR (Objective Key Results – Objetivos e Resultados Chave) sugerida pelo CNJ na ENTIC-JUD vigente é uma abordagem originada na Intel por Andy Grove, e popularizada por John Doerr. É método simples, colaborativo e de cadência rápida para gerar alinhamento e engajamento em torno de metas mensuráveis. Os OKRs são frequentemente definidos, medidos e reavaliados, geralmente anualmente, trimestralmente e semanalmente. “O objetivo é garantir que todos andem na mesma direção, com prioridades claras, em um ritmo constante.” (CASTRO, 2023), segundo Felipe Castro reforça em seu Guia sobre OKRs.

⁹ <https://www.tjdft.jus.br/transparencia/governanca-de-tic/pads-gppti/pads.pdf/view>

¹⁰ <https://www.tjdft.jus.br/transparencia/governanca-de-tic/planejamento-de-tic/pdtic/pdtic-2023.pdf>

- **Método de Pesquisa (se aplicável)**

Embora não tenha sido aplicado método específico de pesquisa, o framework GPPTI é resultado de experimentação e validação de processos e métodos ágeis no dia a dia dos times de desenvolvimento de software, infraestrutura, relacionamento com usuário, segurança cibernética e, governança e gestão de projetos. A primeira versão do guia não foi aprovada pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação - CGETI em 2019, por ter sido elaborada em padrões pouco utilizados na prática nas equipes. A partir dos feedbacks dos gestores da SETI, além de estudos de campo mais amplos de aplicação prática nos processos de trabalho das equipes, foi possível o aprimoramento contínuo do framework e chegar a atual versão. Importante destacar que o GPPTI é revisado periodicamente para acomodar mudanças, melhorias de processos e novos métodos, como foi o caso do PBB – Product Backlog Building, recentemente agregado ao processo de planejamento inicial de soluções de software, já que havia uma lacuna entre a estruturação do roadmap (artefato utilizado para estruturar o projeto em MVPs ou Produtos Mínimos Viáveis) e a construção dos itens de backlog ou lista de tarefas para execução pelos times operacionais.

Além disso, periodicamente o processo de gestão de projetos, de entrada de demandas, de priorização, de comunicação, de monitoramento e de encerramento são revistos para aprimoramento contínuo, no sentido de garantir sucesso na entrega de resultados efetivos aos jurisdicionados, magistrados e servidores do TJDF.

- **Análise dos Resultados**

Em 2022 a Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI do TJDF se tornou referência entre as TIs dos Tribunais Estaduais no ranking do CNJ, graças à melhor organização, priorização, entrega rápida de resultados, transparência e desenvolvimento de soluções, aprimoramento de serviços de TI proporcionados pelas pessoas apoiadas por métodos de governança e gestão descritos no GPPTI. São resultados importantes do GPPTI, ainda, aqueles relacionados a seguir:

- Maior entrega de valor e resultados que culminaram em indicadores de nível de satisfação do usuário com os serviços de TI acima de 90% no segundo semestre de 2022, conforme painel de indicadores (<https://atalho.tjdft.jus.br/paineisdegestaoti>).
- Maior aproximação com os usuários e stakeholders de projetos em todas as fases de execução do projeto para alinhamento, coleta de feedback constante e entrega frequente de resultados, e não apenas ao término do projeto, o que conferiu melhor identificação dos reais problemas dos usuários e clientes de TI culminando na entrega de melhores resultados (produtos e serviços de real valor) para demandantes.
- Melhor organização do fluxo de entrada de demandas de TI que proporcionou a recepção em canal unificado e claro para o usuário, bem como comunicação e transparência do fluxo da demanda, sua priorização pelos Comitês de TI até seu encerramento.
- Priorização de projetos a partir de critérios objetivos que conferiram maior alinhamento à estratégia, mais cadência nas entregas (menos interrupções devido a repriorizações).
- As boas práticas e métodos compilados no Guia também auxiliaram as equipes de TI e geraram engajamento, colaboração e melhor comunicação, diminuindo os silos e burocracias desnecessárias.

- Aprimoramento do monitoramento do portfólio de projetos de TI promovendo a transparência, publicidade no acompanhamento de informações dos projetos e agilidade na tomada de decisões.
- Desenvolvimento de Painéis de Gestão (<https://atalho.tjdft.jus.br/paineisdegestaoti>) para monitoramento e transparência que permitem acompanhar o andamento das ações prioritizadas anualmente no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC.

Impende destacar, adicionalmente, que a TI do TJDFT vem aprimorando seus níveis de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação que, muito em função dos processos e boas práticas do GPPTI, alçaram níveis de excelência, elevando a TI do TJDFT ao primeiro lugar no ranking entre as TIs de Tribunais de médio porte em 2022 e 2023 (vide painel do IGov-TIC CNJ: <https://www.cnj.jus.br/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario/>). Em 2021, o TJDFT alcançou 88,52 pontos no ranking geral. Em 2022, atingiu 94,33 neste mesmo ranking. Em 2023, chegou ao maior patamar, 98,15 pontos, conforme gráficos exibidos nas Figuras 2 a 4 a seguir.



Figura 2. Resultado do IGovTIC-JUD 2021

Fonte: <https://www.cnj.jus.br/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario/>

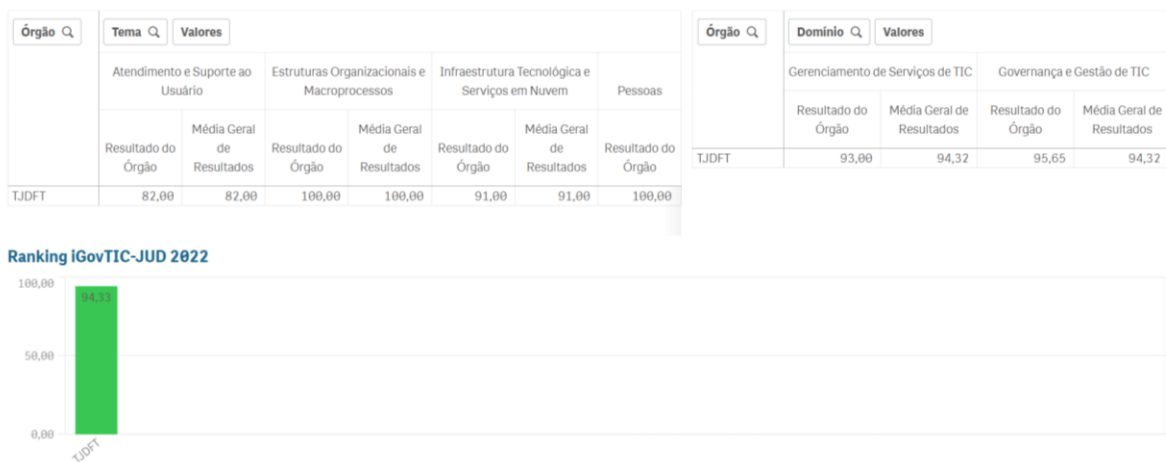


Figura 3. Resultado do iGovTIC-JUD 2022

Fonte: <https://www.cnj.jus.br/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario/>

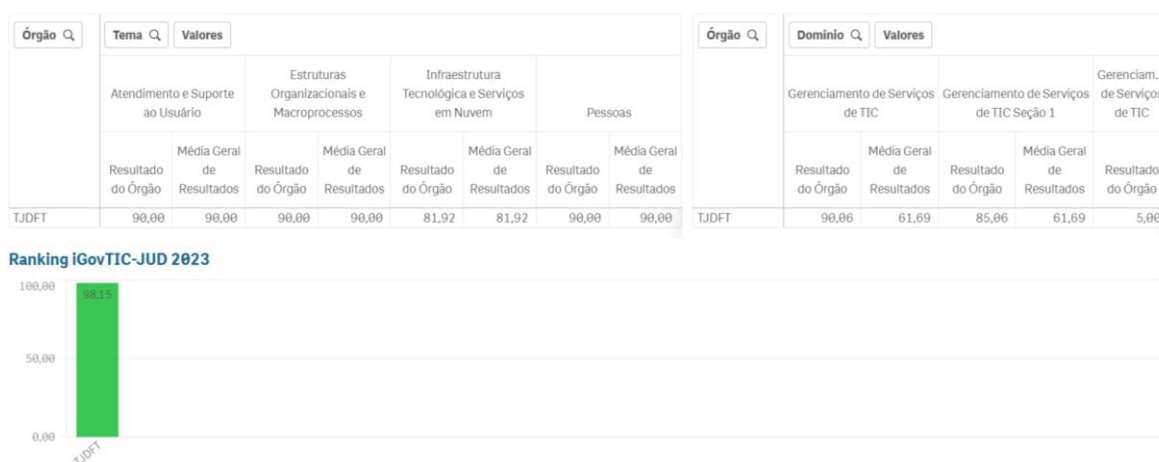


Figura 4 – Resultado do iGovTIC-JUD 2023

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=4131df25-5d07-4ce9-85f5-971e1d23e617&sheet=31049d4e-a530-4902-b1ed-6cb77477d5fa&theme=cnj_theme

Salienta-se que os números também estão aderentes à percepção do usuário de TI do TJDFT quando perguntado sobre seu nível de satisfação com os serviços ofertados. Em junho e julho de 2023 foi realizada uma pesquisa de satisfação baseada no *fit for purpose card*, metodologia Fit 4 Purpose (ANDERSON, 2017) que compõe o guia GPPTI, com magistrados sobre os principais serviços ofertados pela TI. O resultado foi 71,51% dos respondentes responderam estar satisfeitos de alguma forma, conforme Figura 5.

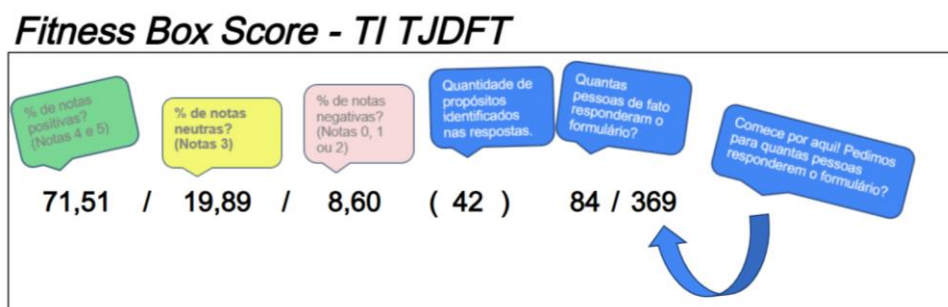


Figura 5 – Resultado da pesquisa de satisfação

Após o resultado da pesquisa, os gestores foram convidados a analisar os resultados e propor um plano de ações para cada propósito que, em alguns casos, converte-se em iniciativas e projetos.

• Conclusões

O Guia de Gestão Ágil de Portfólio e de Projetos de Tecnologia da Informação GPPTI, contribuiu para formalizar o processo de gestão de projetos e portfólio, auxiliando equipes de tecnologia, negócio, stakeholders (ou partes interessadas) se comunicarem melhor. O framework ou guia GPPTI inovou na maneira de compilar vários métodos ágeis como Scrum, Kanban, Lean Inception, Product Backlog Building com o ciclo de vida de projetos comumente geridos por metodologias tradicionais. Inova, ainda, no fluxo de entrada de demandas que combina o levantamento de informações relevantes desde a origem da solicitação de demanda de TI, passando pela metodologia de priorização baseada no método Weight Shortest Job First (WSJF) do framework Safe (Scaled Agile Framework) adaptada com critérios relevantes do TJDFT, painéis de monitoramento e processos de execução baseados no Processo Ágil de Desenvolvimento de Software – PADS (<https://www.tjdft.jus.br/transparencia/governanca-de-tic/pads-gppti/pads.pdf/view>) no caso de soluções de software e Processo Lean-Agile de Execução de Projetos - PLAP, este baseado em método de fluxo de entregas contínuas conhecido como Kanban. Outra relevante contribuição do GPPTI está na transparência do processo de monitoramento da entrega de valor dos projetos por meio de painéis de Business Intelligence – BI que possibilitam acompanhamento dos projetos de TI por meio de coletas mensais de dados. O framework também possibilitou a elevação do patamar de governança e gestão de projetos de tecnologia segundo o IGov-TIC do poder judiciário, na medida em que formalizou os processos de gestão de portfólio de projetos de TI, requisito importante para elevar os índices do TJDFT para o nível de excelência desde 2022.

Concluiu-se, portanto, que após a implantação do GPPTI em 2021 foi possível elevar o nível de maturidade de toda a gestão de portfólio e de projetos de Tecnologia da Informação do Tribunal, possibilitando a melhoria de processos internos, aprimorar a priorização e entrega de valor ao jurisdicionado, magistrados e servidores. Além disso, compilou-se no guia as melhores práticas da iniciação ao encerramento do projeto, primando pela transparência, accountability, melhoria contínua de processos e, sem dúvida, de resultados que culminaram no nível de excelência da TI do TJDFT, segundo o Índice de Governança de TIC do Judiciário – IGov-TIC, implementado pelo Conselho Nacional de Justiça.

- **Referências** (De acordo com a norma ABNT ou APA e em ordem alfabética).

ALBINO, Raphael Donaire. **Métricas Ágeis: Obtenha melhores resultados em sua equipe**. São Paulo: Casa do Código, 2018.

ANDERSON, David J. **Kanban: Mudança Evolucionária de Sucesso Para Seu Negócio**. Blue Hole Press; 1ª edição, 2011.

ANDERSON, David J. e ZHEGLOV, Alexei. **FIT for Purpose: How Modern Businesses Find, Satisfy, & Keep Customers**. Blue Hole Press; 1ª edição, 2017.

CAROLI, Paulo. **Lean Inception: como alinhar pessoas e construir o produto certo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Caroli, 2018.

CASTRO, Felipe. **OKR - O Guia do Iniciante**. Disponível em: <https://felipecastro.com/pt-br/okr/o-que-e-okr/>. Acesso em: 25/08/23.

DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, Tribunal de Justiça do. **GPPTI - Guia de Gestão Ágil de Portfólio e de Projetos de Tecnologia da Informação**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/transparencia/governanca-de-tic/pads-gppti/gppti.pdf>. Acesso em: 01/09/2023.

DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, Tribunal de Justiça do. **PADS - Processo Ágil de Desenvolvimento de Software do TJDF**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/transparencia/governanca-de-tic/pads-gppti/pads.pdf>. Acesso em: 25/08/23.

DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, Tribunal de Justiça do. **Painéis de Gestão de TI**. Disponível em: <https://atalho.tjdft.jus.br/paineisdegestaoti>. Acesso em: 04/09/2023.

DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, Tribunal de Justiça do. **Plano Diretor de TIC do TJDF – PDTIC 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/transparencia/governanca-de-tic/planejamento-de-tic/pdtic/pdtic-2023.pdf>. Acesso em: 04/09/2023.

DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, Tribunal de Justiça do. **Plano Estratégico 2021 - 2026**. Disponível em: <https://indd.adobe.com/view/40a4786f-ef23-40eb-a757-5e635a5bf4f2>. Acesso em: 25/08/23.

FRANCISCHINI, Andresa S. N.; FRANCISCHINI, Paulino G.. **Indicadores de desempenho: Dos objetivos à ação – métodos para elaborar KPIs e obter resultados**. São Paulo: Alta Books, 2018.

ISACA. **COBIT 2019**. Disponível em: <https://www.isaca.org/resources/cobit>. Acesso em: 25/08/23.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Gestão para resultados**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Chaves. **Guia Referencial para Gerenciamento de Projetos e Portfólios de Projetos**. 2021. ENAP, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6155/1/GR%20Gerenciamento%20de%20Projetos%20e%20Portfolios%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 25/08/23.

PMI - Project Management Institute. **A Guide to the Project Management Body of Knowledge – PMBOK GUIDE**, 7ª. Edição, 2021.

SABBAGH, Rafael. **Scrum: Gestão ágil para projetos de sucesso**. São Paulo: Casa do Código, 2014.

SCHWABER, Ken; SUTHERLAND, Jeff. O Guia do Scrum. **ScrumGuides.org**. Disponível em: <https://scrumguides.org/docs/scrumguide/v2020/2020-Scrum-Guide-PortugueseBR-3.0.pdf>. Acesso em: 25/08/23.

SÉTIMA REGIÃO, Tribunal Regional do Trabalho da. **PROJ7 – Metodologia para Gestão de Portfólio e de Projetos**. Disponível em: https://www.trt7.jus.br/files/sgge/escritorio_projetos/proj7/v_1_1/PROJ7-MetodologiaParaGestodePortflioedeProjetosV1.1.pdf. Acesso em: 25/08/23.

VIEIRA, Dennison. Scrum: A Metodología Ágil Explicada de forma Definitiva. **MindMaster**. Disponível em: <https://mindmaster.com.br/scrum/>. Acesso em: 25/08/2023.

WSJF – Weighted Shortest Job First. **Scaled Agile Framework – SAFe**. Disponível em: <https://www.scaledagileframework.com/wsjf>. Acesso em: 25/08/23.